

Opção é reparar de emergência e simultaneamente reabilitar N. 24/4/93

● João Salomão diz ser prioridade de momento pôr o país a comunicar-se

A reabilitação efectiva das principais vias de comunicação no país implica necessariamente a disponibilização das verbas de orçamento do Estado, que, para a actual situação económica de Moçambique, é impensável ser possível satisfazer globalmente tais objectivos. Esta condicionante financeira coloca o Governo, segundo o Ministro da Construção e Águas, entre duas opções: esperar pelo dinheiro do Estado e pelos financiamentos estrangeiros para uma só vez fazer a reabilitação, ou, à medida que o dinheiro for sendo desembolsado, realizar programas de emergência, permitindo de imediato a ligação por estrada em todo o país, reabilitando em simultâneo algumas vias. João Salomão disse, em entrevista ao "Notícias", que a opção prioritária do Ministério da Construção e Águas é recuperar de emergência as estradas, ligar todo o país ainda este ano e, sempre que possível, havendo fundos, reabilitar em definitivo as vias consideradas nevralgicas, como está acontecendo.

"NOTÍCIAS" — Sr. Ministro, tem estado a falar de emergência para o sector de estradas. Quer dizer que há por um lado emergência e por outro lado a reabilitação propriamente dita?

JOÃO SALOMÃO — Mal foi assinado o Acordo Geral de Paz, nós tínhamos uma reflexão feita no Ministério da Construção e Águas sobre aquilo que nós tínhamos de fazer de imediato logo que houvessem condições de segurança, para nós respondermos a certas situações onde não se pode ficar à espera dois, três anos, até que haja dinheiro. Nós temos iniciado, agora em 1993, um programa de emergência de recuperação ou de reabertura de estradas, queremos que se possa circular numa estrada em condições razoáveis. Oportunamente, quando nós tivermos os meios, quando tivermos recursos para tal, então vamos tentar passar do razoável em termos do estado do tapete asfáltico, para outra condição que é aquela em que nós dizemos o tapete asfáltico está bom. A reabilitação é muito cara do que a recuperação. Nós sabemos que estamos a remediar para dois três anos, para termos tempo de respirar enquanto olhamos para outras frentes.

"N" — Algum prazo previsto?

J.S. — Sim, no nosso horizonte o programa de emergência, de reparação, de reabertura de estradas é para 93/94.

"N" — Portanto umas estradas estão no programa de emergência e outras estão a ser reabilitadas?

J.S. — Sim. Neste momento estão concluídos os estudos de viabilidade das estradas Marracuene-Manhiça, Quelimane-Namacurra. Há também Moamba-Sabié e Maputo-Sabié. Por exemplo, em reabilitação, para Quelimane e Namacurra temos um financiamento já assegurado por um pacote do Banco Mundial, temos um projecto em curso e nós gostaríamos de começar em Outubro de 93 as obras de construção. Em Nampula-Nacala, uma estrada que também vai ser reabilitada. Estamos a trabalhar com consultores e eles estão a fazer estudos, e nós temos esperanças de que vai ter financiamento da CEE para esta estrada, que precisa de atenção urgente.

Para Vanduzi-Changara, neste momento temos meios e financiamentos assegurados. Os contratos são feitos estrada por estrada. Por exemplo, para Inhacape-Machipanda lançamos um concurso de pré-qualificação. Na estrada Maputo-Namacurra também foi aberto um concurso para a selecção de empreiteiro, que há de fazer a estrada. Na resselagem de Boane e Moamba há vários interessados no concurso, que também foi lançado, e as propostas vão ser entregues salvo erro a 23 e 24 de Abril. Chibuto-Chissano-Xai-Xai, temos financiamento assegurado para arrancarmos em meados deste ano. Nós estamos

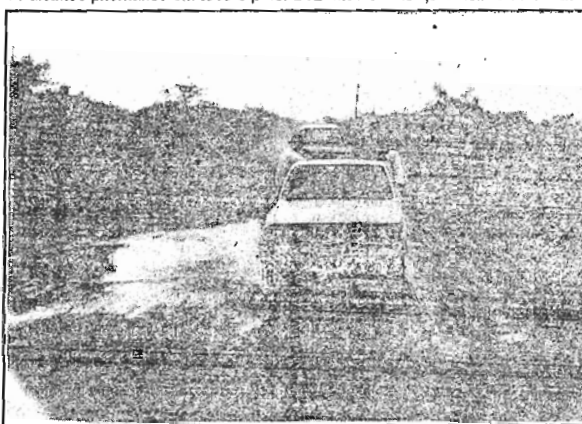
a fazer estudos técnicos. Há consultores, que estão a fazer o levantamento de estradas e a definir as acções a serem levadas a cabo. Mal esses consultores terminem nós estaremos em condições de lançar mais concursos (...)

"N" — Sr. Ministro, quanto à emergência propriamente dita, como é?

J.S. — Quanto ao programa de emergência de reabertura de estradas em curso nas províncias, é parte do trabalho que tenho vindo a fazer quando me deslocar às províncias. Nós estamos a negociar com o Banco Mundial e conseguimos concordância deste, para haver uma disponibilização de fundos a Moçambique para emprender acções de emergência no programa de abertura de estradas. É nesse sentido que este programa de reabilitação de reparação de emergência das estradas interliga-se com a reabilitação. Estão a ser atacadas em simultâneo. Temos em paralelo a reparação de emergência e a reabilitação. Não paramos o programa das estradas secundárias, das estradas de terra.

"N" — Ao estradas secundárias, estão contempladas na emergência?

J.S. — Sim. No programa das estradas secundárias passou-se a trabalhar em 14 distritos prioritários em todo o país. Duzentos e seis quilómetros de estradas



secundárias ou terciárias foram reabilitadas para permitir a passagem em qualquer altura. Foi montado um sistema de manutenção de estradas com o uso intensivo de mão-de-obra em 357 quilómetros de estrada, reabilitadas antes e depois do ano passado com o apoio do Programa Mundial de Alimentação, de tal modo que nas zonas onde há carências alimentares nós estamos a disponibilizar produtos que são vendidos aos trabalhadores que estão nas estradas como incentivo.

"N" — Sr. Ministro, qual é exactamente o comparticipação do Governo neste programa de estradas?

J.S. — Deixei-me exemplificar deste modo. Esta resselagem de emergência Lindela-Chiliane-Save e Boane-Moamba vai ser feita com meios do Governo, com valores arrecadados na receita do Estado. Mas há também acções, isto costuma

acontecer de uma maneira geral nos projectos em que há um valor em moeda externa, de um financiamento que se obtive, de um donativo que se obtive, mas, que há uma contraparte em moeda nacional. Mas em certos casos nós temos um financiamento a com o consento do Governo e em outros casos temos um que a parte do Governo é da ordem dos 20 e certos casos 10 por cento. Muitos dos doadores também querem que haja uma comparticipação do Governo, uma vinculação em termos de participação financeira. A resposta da comunidade internacional tem sido boa.

"N" — Quanto é que é necessário para reabilitar as estradas, Sr. Ministro?

J.S. — Quanto é que é necessário para reabilitar estradas? Nós estamos a falar de programas para quatro ou cinco anos. Eu diria um bilião, dois biliões de dólares, não é demais para as nossas estradas. Digo que por exemplo, um nível de meios e de fundos na ordem de um bilião de dólares, para as estradas não seria demais. Mas faço notar que para esse bilião de dólares tem de existir a capacidade construída com uma associação dos recursos dos meios humanos, meios sérios, que nós vamos buscar para a gestão desse dinheiro. Não basta dizer que está aqui um bilião de dólares, para a reparação de estradas.

"N" — Poder-se-á considerar que já há essa capacidade de gestão, quadros nacionais para o efeito?

J.S. — Temos uma componente de assistência técnica, na própria Direcção Nacional de Estradas e Pontes. Há, salvo erro, 25 engenheiros nacionais e estrangeiros e, deixe-me dizer, para ter a dimensão das carências deste país. Engenheiros nacionais com mais de cinco anos de experiência na DNEP só há dois. O total dos 25 inclui cooperantes, incluiu aqueles que estão a trabalhar nas empresas e desses não tenho neste momento o número dos moçambicanos. Estamos a construir um "edifício", porque em 1979 a DNEP foi extinta, porque se pensava que as construtoras integrais nas províncias teriam capacidade de fazer a manutenção das estradas e não precisávamos de um organismo a nível central para fazer a manutenção. Hoje vimos que foi um erro, por isso em 83 foi criado um departamento de estradas e pontes, que em 1986 foi convertido numa direcção nacional que está a voltar a reviver, a criar a capacidade de reabilitação do trabalho. Nos projectos existentes temos uma componente de formação e capacitação. Estamos a falar de construção de estradas em que parte dos fundos foram disponibilizados já, para permitir que empresas moçambicanas possam contribuir efectivamente, ganhar as obras de construção e de reparação de estradas.

"N" — Sr. Ministro, as empresas moçambicanas participam nos concursos? Qual tem sido o resultado?

J.S. — Nós adjudicamos todas as obras por concurso. É preciso apoiar as empresas moçambicanas, mas isso só é possível com a componente formação, capacitação, não é sendo paternalista que se consegue isso. É preciso agir a nível de capacitação, para que elas estejam em condições de responder e ganhar concursos com mérito. Parte do esforço que estamos a fazer, é canalizar fundos para a Faculdade de Engenharia formar engenheiros que nós havíamos de precisar, para gerir as nossas estradas. Temos também fundos para serem canalizados para o Instituto Industrial para o mesmo efeito. É todo este conjunto que nós temos que gerir, porque, por exemplo, nas províncias temos lá equipamentos, mas a grande dificuldade das ECMEP* é a gestão. Temos que ganhar a batalha da gestão, porque, para estas actividades, vamos dizer, para algumas acções de conservação, reparação de emergência, nós temos maquinaria em certas províncias minimamente suficiente ou razoável para nós atacarmos as grandes frentes. Estamos a movimentar aqueles directores que não estão a responder. Antes da paz era uma desculpa para não se fazerem as coisas. Agora, depois da guerra nós temos visto que uns quadros têm correspondido outros não, porque não têm capacidade. Vamos transferir os que não têm capacidade de fazer, por exemplo na frente de trabalho.

"N" — Alongo elemento político na reabilitação de estradas?

J.S. — Temos sim em conta o Acordo Geral de Paz. Para os partidos políticos fazermos a sua campanha eleitoral vão precisar que as estradas sejam transitáveis. Os partidos não vão fazer a campanha por via aérea. Uma boa campanha, qualquer que seja a campanha eleitoral, tem de ser feita por via rodoviária. Portanto, é preciso ter também a sensibilidade sobre quais vão ser as estradas que vão ser importantes para que esse trabalho seja feito.